

ENTREVISTA: RISCO FISCAL É AMEAÇA AO BALANÇO DE PAGAMENTOS, AVALIA MÁRCIO GARCIA, DA PUC-RIO - Broadcast 17/7

Por Fabrício de Castro

Apesar da situação confortável no balanço de pagamentos, o Brasil pode enfrentar uma mudança de cenário em função da área fiscal. Esta é a avaliação do economista Márcio Garcia, professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio (PUC-Rio).

Em conversa com o **Broadcast**, Garcia afirmou que, numa situação de percepção de insolvência do Brasil, tanto estrangeiros quanto brasileiros podem decidir realocar recursos em outros países. Confira os principais trechos da entrevista:

Broadcast: Com a crise econômica, o déficit em conta corrente despencou, enquanto o Investimento Estrangeiro Direto (IDP) se manteve em níveis altos. A margem para financiar o déficit aumentou. Qual é a avaliação do senhor sobre isso?

Márcio Garcia: Sem dúvida, houve uma melhora significativa. Mas isso reflete o fato de que o Brasil está numa enorme recessão e, conseqüentemente, com uma queda muito grande de importações. Determinados itens especificamente, como viagens internacionais, também estão praticamente zerados. Obviamente, ter um superávit em conta é uma coisa boa, mas as razões para se estar lá não são as melhores. Não teremos problema para financiar o déficit, mas a conta financeira continua deficitária. Além disso, a perspectiva fiscal para o País é muito ruim para o futuro.

Broadcast: Por que a área fiscal é um problema?

Márcio Garcia: O Brasil precisa financiar as despesas com a pandemia, que são altas, embora precisem ser feitas. Se nós acharmos que há uma saída fácil para financiar qualquer coisa e tornarmos permanentes as despesas que, necessariamente, precisam ser transitórias, isso vai inviabilizar a solvência do setor público e colocar a dívida pública em trajetória explosiva. Neste caso, surgem movimentos do balanço de pagamentos que têm a ver com as pessoas. Tanto os estrangeiros, que já saíram em grande medida do Brasil, quanto os residentes podem resolver realocar seu portfólio. Qualquer um que tenha recursos dentro do País pode resolver mandá-los para fora. No limite, é preciso olhar toda a riqueza financeira para ver o tamanho do ataque especulativo que eventualmente pode ocorrer. O câmbio já andou no Brasil de R\$ 4,00 para R\$ 5,30 ou R\$ 5,40. Chegou a quase R\$ 6,00 (*durante o momento de maior pressão na pandemia*). Se este movimento se acirra e o câmbio avança mais, isso pode provocar uma avalanche. Para evitar isso, é preciso ter a dívida pública sob controle. O balanço de pagamentos tem uma configuração hoje que é bastante tranquila, mas isso não quer dizer que o fiscal não possa originar um problema grave.

Broadcast: Com a situação que temos hoje no balanço de pagamentos, haveria tanto espaço para o dólar continuar andando ante o real?

Márcio Garcia: Em situação de normalidade, não. Eu me refiro ao risco, cada vez maior, de que caminhemos para uma situação de anormalidade. Primeiro, não sabemos até quando vai durar a pandemia. Segundo, existe o risco de o Congresso tornar permanentes benefícios como o 'corona voucher' de R\$ 600. Nós não temos como financiar R\$ 50 bilhões adicionais por mês. Não dá.

Broadcast: Hoje já vemos projeções que indicam que a dívida bruta brasileira vai encerrar

2020 perto de 100% do Produto Interno Bruto (PIB). Qual é o nível de dívida que poderia gerar uma fuga dos investidores estrangeiros?

Márcio Garcia: O principal não é tanto uma questão do nível, mas da variação do nível - ou seja, da derivada. Então, é uma questão de quão rápido está subindo. Se você pegar os dados do Fundo Monetário Nacional (FMI), a dívida bruta brasileira projetada já está em 102%. No caso dos demais países emergentes, os percentuais estão bem baixo, em dois dígitos. O que sabemos é que a percepção de que um país se tornou insolvente leva a um risco maior e, com isso, fica difícil manter os juros baixos. Então, estou preocupado com o nível, mas sobretudo com a derivada, com a velocidade da alta.

Broadcast: Já surgem discussões para elevação de impostos para melhorar o perfil da dívida...

Márcio Garcia: Não tem jeito. Se o País tem um problema tributário, de dívida crescente, ele tem que diminuir gasto ou aumentar imposto. O gasto não é possível diminuir, porque há o teto de gastos, mas o Supremo Tribunal Federal (STF) diz que não é possível pagar menos o funcionário público, com redução de jornada. O problema é que, se o teto de gastos não funcionar, a dívida vai explodir.